

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.901 - RS (2019/0275093-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : PRISCILA JUSTAMANT DA ROSA (PRESO)
ADVOGADO : BRIAN VINÍCIUS DA SILVA DE MIRANDA - RS110817
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por PRISCILA JUSTAMANT DA ROSA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do HC n. 70082187170.

Noticiam os autos que a recorrente encontra-se presa preventivamente, por ter, supostamente, cometido os delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade da acusada poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis da ré, que seria primária, com residência fixa e ocupação lícita, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Sustenta, ainda, que a recorrente preenche os requisitos previstos no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, por possuir duas filhas menores de idade, motivo suficiente para a substituição da prisão preventiva por custódia domiciliar.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a segregatória preventiva da recorrente ou, subsidiariamente, seja deferida a prisão domiciliar.

A liminar foi indeferida.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 392-399).

É o relatório.

Dos elementos colacionados aos autos, infere-se que a recorrente foi presa preventivamente e foi denunciada pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Verifica-se que o Juízo primevo decretou a prisão preventiva do acusado, notadamente para a garantia da ordem pública, ressaltando a existência de provas da materialidade e de indícios da autoria delitiva, além do fato de que a ré é considerada líder do tráfico na Comtel, Guajuviras, e responde a processo criminal pelos delitos de tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico (e-STJ fls. 363-368).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, ratificando o decreto preventivo, salientando que as circunstâncias do caso concreto tornam evidente a necessidade de imposição da cautelar, em razão da gravidade concreta da conduta e da periculosidade da acusada, integrante de notória organização criminosa *Bala na cara* (e-STJ fl. 92).

Delineado o contexto fático processual, no que tange aos requisitos da prisão preventiva, nota-se que a custódia da recorrente encontra-se bem fundamentada, no termos do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente para a garantia da ordem pública, fragilizada diante das graves circunstâncias adjacentes ao evento criminoso denunciado.

Como orienta a doutrina, a prisão preventiva pode ser ordenada *"para fins externos à instrumentalidade, associada à proteção imediata, não do processo em curso, mas do conjunto de pessoas que se há de entender como sociedade. [...] A modalidade de prisão, para cumprimento desta última finalidade, seria a prisão para garantia da ordem pública", "quando se tutelar, não o processo, mas o risco de novas lesões ou reiteração criminosa"*, deduzidos, a princípio, da natureza e gravidade do crime cometido e da personalidade do agente (Comentários ao código de processo penal e sua jurisprudência, *Eugênio Pacelli de Oliveira e Douglas Fischer*, 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2012).

Na espécie, a notícia de que a acusada gerenciaria todo o tráfico ocorrido na região superior da "invasão da Comtel", localizada no município de Canoas, além de ter sido presa em flagrante, no ano de 2013, em razão de sua suposta posição no comércio de entorpecentes, bem como o histórico de movimentações financeiras de entre coinvestigado e a recorrente, sempre em valores elevados (de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00), e a sua possível ligação com o grupo criminoso denominado *Bala na Cara* denotam a necessidade da manutenção da custódia cautelar.

Sob esse prisma, patenteada, no caso, a potencialidade lesiva da infração e a periculosidade social da acusada. Ou seja, bem demonstrado o *periculum libertatis* exigido para a ordenação e a preservação da prisão cautelar.

Não se trata de presumir a periculosidade do agente, ou mesmo a probabilidade da prática de novas infrações, a partir de meras ilações ou conjecturas desprovidas de base empírica concreta, mas de avaliar a periculosidade exigida para a imposição da medida cautelar constritiva pelas circunstâncias que cercaram o delito.

Excluir essa avaliação do julgador, ou mesmo entender que a descrição da forma como ocorreu o crime seria apenas uma tradução da conduta intrínseca ao tipo penal violado, como já assinalou o Supremo Tribunal Federal, não se mostra consentâneo com a cautelaridade do instituto da prisão preventiva.

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica em que: *"O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser valorado para decretação ou manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria. Se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva e, por conseguinte, à ordem pública, justificada está a decretação ou a manutenção da prisão cautelar, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria"* (RHC 106.697, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 03/04/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-093 DIVULG 11-05-2012 PUBLIC 14-05-2012).

A propósito (grifos acrescidos):

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE E QUALIDADE DA DROGA. INÚMERAS ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES DE USO RESTRITO. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, notadamente pela quantidade, variedade e lesividade das drogas apreendidas (60,6 kg de cocaína; 49,9 L de éter etílico; 32,2 kg de cafeína; 7 litros de ácido clorídrico), além da apreensão de 1 fuzil, 1 submetralhadora, 1 carabina, 1 pistola 9 mm, 2 miras a laser e 1 telescópica, outras armas de fogo e acessórios) e grande quantidade de munição, tendo sido consignado, ainda, que a ora paciente faz "parte de Facção Criminosa que atua dentro e fora dos presídios nacionais", circunstâncias indicativas de um maior desvalor da conduta em tese perpetrada, bem como da periculosidade concreta do agente, a revelar a indispensabilidade da imposição da medida extrema, como na hipótese.

III - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes.

IV - In casu, malgrado o atraso na instrução criminal, ele se justifica, notadamente pelas peculiaridades da causa, que envolve pluralidade de réus, testemunhas, configurando feito complexo que investiga sofisticada associação criminosa voltada à prática reiterada de delitos diversos, conforme consignado pelas instâncias ordinárias, sem qualquer elemento que evidenciasse a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, o que não permite a conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via.

V - Não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.

Habeas Corpus não conhecido.

(HC 512.905/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA

RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE),
QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 11/10/2019)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. QUANTIDADE DO ENTORPECENTE APREENDIDO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. *Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.*

3. *No caso dos autos, com o paciente foram apreendidos 175kg de maconha, o que justifica seu encarceramento cautelar, para garantia da ordem pública, consoante pacífico entendimento desta Corte, no sentido de que a quantidade, a natureza ou a diversidade dos entorpecentes apreendidos podem servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva.*

4. *É incabível, na estreita via do habeas corpus, a análise de questões relacionadas à negativa de autoria, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Precedentes.*

5. *É inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa e a periculosidade do paciente indicam que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura.*

6. *O fato de o paciente possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a decretação de sua prisão preventiva.*

7. *Habeas corpus não conhecido.*

(HC 532.837/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019)

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS E POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA. INDÍCIOS DE AUTORIA. EXISTÊNCIA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

RECURSO DESPROVIDO.

1. *Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código*

de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. 2. Os indícios de autoria estão configurados no fato de que, após intensa investigação policial, inclusive com interceptações telefônicas, o recorrente teria sido identificado como integrante da organização criminosa investigada, responsável por ceder seu nome para aluguel do imóvel onde ela funcionava, além da participação direta em atividades ilícitas, como o transporte de cargas.

3. A prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, notadamente diante do suposto envolvimento do acusado em organização criminosa, vinculada ao PCC, voltada para a prática de tráfico de entorpecentes, tráfico de armas e outros delitos, à qual se imputa pertencer expressiva quantidade de drogas e armamentos apreendidos - 882,35 quilos de cocaína, 9 fuzis de calibre restrito, 380 munições, carregadores e miras.

4. "A custódia cautelar visando a garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa" (RHC 122182, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/08/2014). 5. É inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do recorrente.

6. O fato de o recorrente possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a decretação de sua prisão preventiva, consoante pacífico entendimento desta Corte.

7. É incabível, na estreita via do habeas corpus, a análise de questões relacionadas à negativa de autoria, por demandarem o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

8. Recurso desprovido.

(RHC 103.682/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018)

Ademais, condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema, como ocorre *in casu*.

Outrossim, considerando-se a imprescindibilidade da preventiva, está clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, que não se mostrariam adequadas para garantir a ordem pública, ante a periculosidade da ré.

De outro lado, é inviável a concessão do benefício previsto no art. 318 do CPP, quando os menores tiverem ultrapassado a idade estabelecida na legislação, vale dizer, 12 (doze) anos de idade, como na espécie.

Por fim, é incabível a análise da alegação relativa ao estabelecimento de prisão domiciliar em razão de grave doença, sob pena de supressão de instância, pois a Corte local não examinou a questão.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, observa-se que a prisão preventiva está suficientemente embasada e merece ser mantida, principalmente a bem da ordem pública, não havendo coação ilegal a ser sanada por esta Corte.

Diante do exposto, **conhece-se em parte do recurso ordinário em *habeas corpus* e, nessa extensão, nega-se-lhe provimento.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator